

Governo elabora programa para renegociar dívidas

O governo prepara um programa para renegociar dívidas no Brasil e já possui um diagnóstico sobre o endividamento das famílias, afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan, nesta terça-feira (7), em Brasília (DF). A proposta mira famílias, trabalhadores informais e microempreendedores individuais, com foco em oferecer melhores condições de pagamento e evitar novos ciclos de inadimplência.

As declarações foram feitas durante entrevista a jornalistas na capital federal. Durigan detalhou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estruturou estudos sobre crédito, juros e comportamento recente da dívida das famílias, incluindo os efeitos do programa Desenrola.

Segundo o ministro, a equipe econômica já mapeou fatores centrais do problema. “Diagnóstico da correlação entre taxa de juros, endividamento das famílias, o que aconteceu depois do (programa) Desenrola, quais linhas de crédito mais caras”, afirmou. Durigan indicou que o novo programa terá alcance amplo e foco social.

A proposta também prevê mecanismos para evitar que beneficiários voltem a se endividar em curto prazo. “Como contrapartida, o que a gente tem discutido muito é ter uma contrapartida em que a gente limite um posterior endividamento dessas pessoas, como por exemplo com apostas digitais, para que a gente não desafogue, não desenrole as pessoas e num ato seguinte as pessoas voltem a se endividar”, acrescentou.

O anúncio ocorre em meio a um cenário de alto comprometimento financeiro das famílias brasileiras. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostram que 79,5% das famílias tinham algum tipo de dívida em janeiro, igualando o maior nível já registrado.

O levantamento também aponta que o endividamento atinge com mais intensidade as famílias de menor renda. Entre aquelas que recebem até três salários mínimos, o índice chega a 82,5%. Já nas famílias com renda acima de dez salários mínimos, o percentual cai para 68,3%.

A CNC destaca que o crédito pode estimular o consumo e movimentar a economia, mas alerta que o aumento da inadimplência sinaliza dificuldades na capacidade de pagamento. O cenário se agrava com o nível elevado da taxa básica de juros. A Selic está em 15% ao ano, o maior patamar desde 2006, o que encarece o crédito e reduz o espaço no orçamento das famílias.

Com juros altos, o acesso a financiamentos fica mais restrito e o consumo perde força, o que desacelera a atividade econômica e impacta a geração de empregos. Nesse contexto, o programa em elaboração pelo governo busca atuar diretamente sobre um dos principais gargalos da economia doméstica: o elevado endividamento das famílias brasileiras.